

O método comparativo no estudo da história do Partido Comunista do Brasil

ANITA LEOCADIA PRESTES*

Resumo: Neste artigo faz-se uma exposição sucinta das vantagens da utilização do método comparativo em História na pesquisa da história do PCB (Partido Comunista do Brasil). Comparam-se momentos históricos distintos da trajetória do PCB, assim como as orientações adotadas pelo Partido com as da Internacional Comunista. Comparam-se também as posições nacionalistas do PCB com o sentimento nacionalista que se expandia no Brasil, a partir de 1938.

Abstract: A summary is presented of the advantages of utilizing the comparative method in History in the research of the history of the PCB (Communist Party of Brazil). Different historical moments of the trajectory of the PCB are compared, as well as the orientations adopted by the Party with respect to the Communist International. In addition, the nationalistic positions of the PCB are compared with the nationalistic sentiment that was expanding in Brazil since 1938.

Palavras-chave: Método comparativo em História. PCB (Partido Comunista do Brasil). Nacionalismo antifascista.

Key words: Comparative method in History. PCB (Communist Party of Brazil). Antifascist nationalism.

Conforme é destacado por C. F. Cardoso e H. P. Brignoli, o método comparativo na História ou a “tendência comparativa” – segundo Jean Piaget – “constitui um processo essencial no caminho para a sistematização dos conhecimentos, entre outras causas, porque possibilita ao observador afastar-se de seu próprio ponto de observação, de sua sociedade particular, sem o que não há objetividade possível nas ciências sociais”. O método comparativo seria a “única forma – embora imperfeita – de encontrar

* Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, e professora de História do Brasil no Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço eletrônico: anitaprestes@ifcs.ufrj.br

uma alternativa, no contexto da pesquisa, à impossibilidade de aplicar o método experimental” (Cardoso e Brignoli, 1981, p. 410-411).

Como é sabido, a História Comparada percorreu um longo e tortuoso caminho e, segundo W. Kula, “a controvérsia em torno dos métodos comparativos na ciência histórica já conta mais de dois séculos” (Kula, 1977, p. 571). Se, por um lado, Marc Bloch, ainda em 1928, limitava-se a propor “estudar paralelamente sociedades ao mesmo tempo vizinhas e contemporâneas, constantemente influenciadas umas pelas outras, sujeitas em seu desenvolvimento, devido à sua proximidade e à sua sincronização, à ação das mesmas grandes causas, e remontando, ao menos parcialmente a uma origem comum” (Bloch, 1963, p. 19), por outro lado, as críticas a tal método basearam-se fundamentalmente na defesa de uma suposta cientificidade, afirmando a impossibilidade de aplicar à História a lógica das ciências exatas.

Mais recentemente, os avanços havidos nessa controvérsia foram sintetizados por Marcel Detienne, particularmente quando esse autor cita e comenta o dito popular: “só é possível comparar o que é comparável” (Detienne, 2000, p. 9). Em contraposição a semelhante visão, o historiador francês adota outra concepção de História Comparada, ao propor a comparação como *construção* de conjuntos comparáveis, definindo o método comparativo como destinado a “comparar o incomparável” (Detienne, 2000).

Qualquer que seja a opção do historiador, no que se refere ao entendimento da História Comparada, considero importante ter como pressuposto que “o método comparativo conduz, pela sua própria natureza, à ruptura da singularidade dos casos e dos processos. Permite também, eventualmente, uma volta ao caso singular ou específico, muito enriquecida pela ampliação teórica resultante da comparação” (Cardoso, 1982, p. 157).

Para meu trabalho de pesquisa da história do PCB, são particularmente valiosas as observações de W. Kula, quando o historiador polonês demonstra que nenhum trabalho científico, por mais limitado e monográfico que seja, pode dispensar totalmente o “método comparativo”, uma vez que “não é possível introduzir na ciência nenhum fenômeno novo e comprovado sem compará-lo com os fenômenos já conhecidos, pois sem essa comparação, simplesmente, não se pode dar um nome a nenhum fenômeno novo e comprovado” (Kula, 1977, p. 571; Cardoso e Brignoli, 1981, p. 410).

Ao estudar a história de um partido político, como é o caso do PCB (Partido Comunista do Brasil), deparei-me com um aparente paradoxo: se os comunistas, em 1935, empenharam-se no desencadeamento de uma insurreição armada contra o governo Vargas, menos de três anos depois, a partir de 1938, passaram a adotar a política de “União Nacional” com Getúlio Vargas. Se, em 1935, na luta contra o fascismo e pela democracia, o PCB pretendia derrubar Vargas, a partir de 1938, visava a união com Vargas para derrotar o fascismo e alcançar a democracia. Como explicar tal virada tática?

A *comparação* das políticas implementadas pelo PCB nos dois momentos históricos citados – considerando as especificidades de cada um desses contextos históricos – foi um dos caminhos trilhados para esclarecer o que havia de comum e de diferente em tais políticas. A partir da pesquisa realizada, pude comprovar a presença, na história do PCB, de uma mesma estratégia política, adotada ainda no final dos anos vinte, sob a influência do VI Congresso da Internacional Comunista (IC), realizado em 1928. Sofrendo das limitações impostas pelo desconhecimento da sociedade em que viviam e atuavam, os dirigentes do PCB foram levados a copiar modelos estrangeiros, adotando uma estratégia política, cuja meta era a realização de uma “revolução democrático-burguesa” (ou “agrária e antiimperialista”), destinada a abrir caminho para um desenvolvimento capitalista autônomo e caracterizada como a primeira etapa da revolução socialista – objetivo final do Partido Comunista. Como procurei mostrar em outro trabalho, tratava-se de uma estratégia inadequada às condições brasileiras, na medida em que desconsiderava o real desenvolvimento capitalista já existente no país (Prestes, 1980).

Uma visão estratégica falsa não poderia deixar de conduzir o PCB a sucessivas crises e, conseqüentemente, a repetidas viradas táticas da “esquerda” para a “direita” e vice-versa, na busca de um caminho mais acertado para a “revolução brasileira”, visando a solução dos graves problemas do país e de seu povo (*ibidem*). A comparação entre os dois momentos políticos em estudo permitiu não só a percepção como, principalmente, uma melhor compreensão das bruscas guinadas que tiveram lugar na política dos comunistas brasileiros.

Dessa forma, foi possível verificar que, ainda em março de 1938, diante da intensificação das atividades nazistas no Brasil e de sua articulação com a conspiração movida pelos integralistas contra o governo Vargas (Prestes, 2001, cap. III), o Secretariado Nacional (SN) do PCB – que desde 1937 vinha dando sinais de abandono da tática insurrecional então em vigor (*ibidem*, cap. II) –

faria chamamento público conclamando à “união entre governos e povos dos países democráticos para a defesa da democracia e da paz, para a resistência ativa contra o imperialismo fascista”.¹

A seguir, no mesmo pronunciamento, chamava-se a atenção para o iminente perigo nazista no Brasil, referindo-se ao golpe integralista – que fora desarticulado naquele momento –, revelador de que “o integralismo e o nazismo agem de mãos dadas na obra satânica de escravizar nosso povo às potências fascistas”, afirmando-se que o golpe fora “superficialmente desarticulado, mas os focos de conspiração e atividade fascistas continuam impunes, existindo um ambiente favorável ao seu rápido desenvolvimento”. Frente a tal situação, o PCB “apóia sem reservas a atitude do Sr. Osvaldo Aranha”, cujas palavras “ecoaram simpática e entusiasticamente não só no Brasil, mas em todos os países da América”, e “chama todas as forças políticas, todo o povo, a fazer o mesmo” (ibidem).

Exigia-se ainda, no documento, que Vargas se pronunciasse, abandonando o silêncio que vinha mantendo. Eram apresentadas várias medidas que, segundo os comunistas, deveriam ser adotadas pelo Governo, entre as quais a “dissolução de todas as organizações fascistas e nazistas” e também a “dissolução dos quistos emigratórios alemães, japoneses e outros”. A direção do PCB afirmava que, “diante da ameaça fascista que pesa sobre o mundo, e particularmente sobre nosso país, não é possível que as forças democráticas continuem divididas”. Os comunistas não só apoiavam a atitude do Ministro Osvaldo Aranha, como declaravam que apoiariam qualquer medida que o governo federal viesse a tomar “para preservar nosso país de uma agressão nazista” (ibidem).

Por fim, dizia-se no documento do PCB: “Em defesa da Nação lutaremos ombro a ombro, por cima de qualquer divergência, com todas as forças nacionais, *inclusive com o Sr. Getúlio Vargas*, se este se dispuser, como é do seu dever, a se opor à investida do fascismo” (ibidem; grifos meus).

Com este documento, o SN do PCB deixava explícita a nova tática adotada, de “União Nacional”, *inclusive com Vargas*, visando isolar e derrotar o fascismo – entendido este como o nazismo das potências do Eixo e seus agentes internos, os integralistas. Getúlio Vargas deixara de ser o inimigo de antes para ser visto como possível aliado.

¹ “União Nacional pela democracia e pela paz!”, Rio de Janeiro, 28 de março de 1938. ass.: O Bureau Político do PCB, 2 páginas datilografadas, Fundo Hermínio Sacchetta (FHS), pasta 33; publicado em *A Classe Operária*, São Paulo, nº 207, abril/1938.

O recurso à análise comparada de dois momentos distintos, embora consecutivos, da história do PCB (Prestes, 2001) permitiu-me elucidar aspectos que haviam permanecido obscuros na historiografia dedicada ao tema, ou seja, contribuiu para comprovar a tese anteriormente por mim defendida: a de que as mudanças – até mesmo bruscas – na tática dos comunistas brasileiros estiveram, contudo, associadas à manutenção de uma mesma e constante estratégia política (a “revolução democrático-burguesa”) (Prestes, 1980). Dessa forma, a virada tática, ocorrida em 1938, na política do PCB deixaria de ser entendida como fruto de fatores meramente conjunturais, em grande medida decorrentes das características pessoais dos dirigentes do Partido, passando a ser explicada pelas determinações originárias da interação de tais fatores conjunturais com uma orientação geral adotada pelo PCB e mantida durante décadas de sua tumultuada existência, uma estratégia inadequada à realidade brasileira e, conseqüentemente, incapaz de nortear com justeza as decisões que iam sendo tomadas a cada momento histórico concreto (ibidem).

No esforço voltado para alcançar uma explicação aceitável e convincente da mudança ocorrida na tática do PCB, com a adoção da política de “União Nacional”, foi importante recorrer à *comparação* da orientação assumida pelos comunistas brasileiros com as diretivas proclamadas pela Internacional Comunista (IC)² no período em questão. Se a direção do PCB, durante o ano de 1938, adotara a política de “União Nacional”, a Internacional Comunista também emprestaria apoio a tal orientação (Prestes, 2001, p. 47-48). Diante disso, seria possível considerar que a política de “União Nacional” implementada pelos comunistas brasileiros teria resultado da orientação proveniente da Internacional Comunista? Estaria o PCB cumprindo as “ordens de Moscou”, conforme as alegações insistentemente repetidas, durante anos, pela direita no Brasil?

Como é destacado por E. Hobsbawm, um ano e meio após a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, os comunistas – ou seja, a IC – mudaram de curso e se transformaram nos mais sistemáticos e eficientes defensores da unidade antifascista (Hobsbawm, 1995, p. 149). No VII Congresso da IC, realizado em agosto de 1935, ficou consagrada nova estratégia – de “círculos concêntricos” –, nas palavras de Hobsbawm:

² Até a dissolução da Internacional Comunista (IC) ou “Comintern”, em 1943, todos os Partidos Comunistas filiados a essa organização mundial estavam subordinados a suas decisões e participavam de seus congressos através de suas representações.

As forças unidas dos trabalhistas (a "Frente Unida") formariam a base de uma ampla aliança eleitoral e política com os democratas e liberais (a "Frente Popular"). Além disso, à medida que continuava o avanço da Alemanha, os comunistas pensaram numa extensão ainda mais ampla, numa "Frente Nacional" de todos que, independentemente de crenças ideológicas ou políticas encaravam o fascismo (ou as potências do Eixo) como o inimigo primeiro (ibidem, p. 149).

Se a proposta de "Frente Nacional" ou "União Nacional" fora lançada oficialmente pela IC pelo menos desde 1935, por que demorara tanto a ser aplicada pelo PCB? Como explicar que, tendo adotado na prática a tese de uma espécie de "Frente Popular"³, ao participar ativamente da formação e da direção da Aliança Nacional Libertadora, os comunistas brasileiros tivessem tardado mais de dois anos para empunharem a bandeira da "União Nacional"?

E. Hobsbawm lembra que foi a Guerra Civil Espanhola (1936-39) que efetivamente "antecipou e moldou as forças que iriam, poucos anos depois da vitória de Franco, destruir o fascismo". Ou seja, a política de "União Nacional" – frentes nacionais que iam "de conservadores patriotas a revolucionários sociais" – só iria tornar-se realidade a partir da experiência espanhola (ibidem, p. 162). Essa constatação poderia explicar o fato de os comunistas brasileiros não terem adotado tal política antes de 1938?

Segundo M. Caballero, a partir de 1938, e "possivelmente antes, o Comintern mostrou claramente sua disposição de chegar o mais longe possível daquilo que era proposto pela política de Frente Popular. Tratava-se nada mais nada menos do que da Unidade Nacional" (Caballero, 1987, p. 180). O mesmo autor destaca que a tática da IC para a América Latina teria sido uma Frente Única que incluiria o imperialismo norte-americano como aliado, uma vez que "Stalin compreendeu que Franklin Delano Roosevelt⁴ tinha interesse em intervir na próxima guerra européia; que estava disposto a lutar contra a Alemanha, e isto muito antes do início das hostilidades" (ibidem, p. 181). De acordo com essa interpretação, "a tática preferida das seções do Comintern, principalmente depois de 1938, foi não tanto a Frente Popular como a União Nacional" (cf. ibidem, p. 186, 191).

³ Na Terceira Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina e do Caribe, realizada em Moscou, em outubro de 1934, já se configurara a virada do movimento comunista do "rude sectarismo do 'terceiro período' para entrar na Frente Popular" (Caballero, 1987, p. 101). Cf. também Prestes (1997, p. 63).

⁴ F. D. Roosevelt, candidato do Partido Democrata, fora eleito presidente dos EEUU, em 1932, com quase 28 milhões de votos, enquanto o candidato eleito pelo Partido Republicano nas eleições anteriores obtivera 15 a 16 milhões de votos; em 1936, Roosevelt foi reeleito com uma votação só um pouco aquém da obtida quatro anos antes (cf. Hobsbawm, 1995, p. 150).

Evidencia-se, pois, o empenho da IC na formação da Frente Popular e também na ampliação de tal Frente com o objetivo de agrupar todas as forças sociais e políticas passíveis de se unirem para barrar o avanço do fascismo, o que é confirmado pela consulta aos documentos da época (Prestes, 2001, p. 50). Seria válido, portanto, explicar a política de "União Nacional" defendida pelo PCB como uma mera decorrência da linha geral do movimento comunista internacional? Ou haveria condicionantes internos, tão ou mais importantes, que determinaram a virada tática dos comunistas brasileiros naquele ano de 1938?

Um fator de suma importância a ser considerado é o estabelecimento do pacto de não-agressão germano-soviético, em agosto de 1939, a partir do qual a IC abandonaria a tática da luta antifascista para adotar a posição definida como de *luta contra a guerra imperialista*, formulação em que era omitida a questão do fascismo como inimigo principal (Spriano, 1987; Hobsbawm, 1995, p. 164; Ferro, 1995, p. 65-66). Dessa forma, durante o "biênio da neutralidade" – o período que se estende da assinatura do pacto germano-soviético até a agressão da URSS pela Alemanha, em junho de 1941, – a IC deixaria de lado a política de "União Nacional" contra o fascismo, recorrendo à fórmula da "segunda guerra imperialista", cujo corolário era o apelo a uma "revolução proletária mundial como desfecho natural da guerra" (Spriano, 1987, p. 156, 158). Tratava-se de uma reedição da orientação de Lenin e dos bolcheviques frente à Primeira Guerra Mundial – fórmula conveniente para justificar o pacto germano-soviético (ibidem).

Paolo Spriano descreve a virada ocorrida na política da IC:

Em 1939, registrado o fim da política das frentes populares, decide-se uma virada de 180 graus em relação às formulações do VII Congresso da Internacional Comunista (1935), com a assinatura do pacto de não-agressão germano-soviético. Por quase um biênio sobreviveu o ambíguo período da neutralidade soviética, e a Internacional Comunista - aquilo que dela restara - mergulha numa custosa justificação, com as devidas omissões, reticências, ou, então, ênfases, que as exigências da política exterior da URSS requeriam. Exumam-se as palavras de ordem leninistas de 1914-18, sobre a luta contra uma "guerra imperialista", assimilando-se assim a 2ª Guerra, por sua natureza, à 1ª, não obstante as variantes (ibidem, p.130).

Se a IC, durante o “biênio da neutralidade”, deixou de lado o combate ao fascismo e a consigna de “União Nacional”, considerando inclusive o imperialismo inglês como o inimigo principal a combater, com a agressão da Alemanha nazista à URSS teria lugar uma nova reviravolta de 180 graus na tática do Comintern. Paolo Spriano assinala o retorno à política de “União Nacional”:

O movimento comunista se faz defensor de uma unidade mais ampla do que aquela das frentes populares de 1935-38, torna-se promotor de “frentes nacionais”, país por país, que compreendem inclusive as forças mais distantes socialmente. A guerra – diz-se – mudou de natureza (idem, p. 130).

Tratava-se, então, de formar “frentes nacionais”, “o mais possível amplas, não só em suas representações políticas como também em seus componentes sociais: frentes nacionais empenhadas em combater ativamente os nazi-fascistas, alinhando-se na ‘grande aliança’” (ibidem, p. 159). Como repercutiram, entretanto, junto aos comunistas brasileiros tais ziguezagues ou vicissitudes da política da Internacional Comunista?

A pesquisa nos documentos da época revelou que a defesa da consigna de “União Nacional” seria mantida pelo PCB, não obstante as posições assumidas pela IC durante o “biênio da neutralidade” (Prestes, 2001, cap. VI), evidenciando que a política dos comunistas brasileiros estava condicionada por um conjunto de fatores, dentre os quais não poderiam deixar de ser consideradas as influências internas, presentes na sociedade em que os mesmos viviam e atuavam.

Mais uma vez, o *método comparativo* mostrou-se um instrumento valioso no esforço empreendido para elucidar os fatores internos, existentes na sociedade brasileira e que influenciaram de maneira decisiva a política do PCB no período em estudo. A *comparação* das posições nacionalistas defendidas pelos comunistas com as características do sentimento nacionalista que se expandia junto à opinião pública nacional permitiu-me perceber que o PCB, a partir de 1938, passara a atuar em consonância com a corrente que tendia a predominar em amplos e diversificados setores da sociedade brasileira – a corrente nacionalista, nutrida basicamente pelo temor diante do perigo do expansionismo das potências do Eixo e, em especial, das ameaças de agressão à soberania nacional por parte do nazi-fascismo (Prestes, 2001, cap. VII).

Formava-se, no Brasil, um tipo de “nacionalismo antifascista”, que, conforme E. Hobsbawm, “emergiu no contexto de uma guerra civil-ideológica *internacional*, na qual uma parte das numerosas classes dominantes nacionais parecia optar por um alinhamento político internacional das direitas, e por Estados identificados com ele” (Hobsbawm, 1990, p. 174-175; grifo do autor).

Segundo Hobsbawm, “tais partidos domésticos de direita então se despojaram do apelo ao patriotismo xenófobo”, o que “facilitou às esquerdas tomarem de volta a bandeira nacional do pulso, agora frouxo, das direitas”. Prosseguindo na análise do “reencontro da revolução social com o sentimento patriótico”, o historiador inglês assinala que “trabalhadores e intelectuais também fizeram uma escolha *internacional*, mas a que justamente reforçava o sentimento nacional” (ibidem, p. 175; grifo do autor). E conclui que “o nacionalismo antifascista estava sem dúvida engajado num conflito ao mesmo tempo social e nacional, como tornou-se claro no final da Segunda Guerra Mundial” (ibidem, p. 175-176).

No Brasil, o período que se inaugura com a Segunda Guerra e se estende até o ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, seria caracterizado não só pela neutralidade brasileira, como também pelas manobras do governo Vargas, que oscilava entre a Alemanha nazista e os EEUU. Vargas procurava tirar proveito – junto aos norte-americanos – das novas condições internacionais, criadas pelo conflito mundial e marcadas pelas dificuldades cada vez maiores para o 3º *Reich* atender aos interesses brasileiros, principalmente no que dizia respeito ao fornecimento de armamentos e ao financiamento de uma indústria siderúrgica de grande porte (cf. McCann, 1995, cap. 7; Hilton, 1994, cap. X).

Ao mesmo tempo, ocorriam intensas pressões do governo Roosevelt e da ala americanófila do governo Vargas, liderada por Osvaldo Aranha, no sentido de um alinhamento brasileiro com o pan-americanismo, pressões estas acompanhadas de uma política norte-americana cada vez mais voltada – apesar dos inúmeros zigzagues – para a satisfação das demandas, cujo atendimento era retardado pela Alemanha (ibidem). Tudo isso contribuía para que se criasse, no país, um movimento de opinião pública crescentemente favorável à “União Nacional”, inclusive com Vargas, no combate ao nazi-fascismo e à chamada “Quinta Coluna” – os elementos internamente simpáticos ao fascismo, presentes no próprio Governo, como era o caso do grupo germanófilo, composto pelos generais Góis Monteiro, Eurico Dutra, etc., cujas pressões pró-Eixo seriam significativas.

Tal rumo dos acontecimentos teve como consequência a afirmação do pan-americanismo, sob a liderança dos EEUU, e já em 1942 a entrada do Brasil na guerra junto aos Aliados. Na avaliação de um estudioso das relações Brasil-Estados Unidos nesse período:

O Governo do Brasil associou-se para o que desse e viesse com os Aliados. Como ficou claro que a Grã-Bretanha não se renderia e que os EUA estavam comprometidos em defender o Brasil, a atração pela Alemanha murchou. O ano de 1940 foi o mais crítico das relações Brasil-Estados Unidos no século XX e marcou a inflexão de Washington em seus esforços de impedir a dominação germânica do Brasil. Vargas continuava a mover-se lenta e cautelosamente, mas, depois de 1940, agia assim mais devido a pressões internas do que por ameaça do Eixo. Essas pressões eram enormes e mantiveram as relações Brasil-Estados Unidos num estado de incerteza até 1942, mas não eram suficientes para reverter a tendência no sentido da cooperação iniciada em 1940 (McCann, 1995, p. 173-174).

Embora as mudanças na correlação de forças internacionais e, em particular, as pressões do Governo Roosevelt – altamente interessado, por motivos estratégicos e econômicos, no alinhamento do Brasil com os EEUU – tivessem desempenhado um papel importantíssimo na adesão do governo Vargas ao pan-americanismo, “ao final seria o povo brasileiro quem levaria o Brasil à guerra”, nas palavras de Frank McCann (*ibidem*, p. 202). Segundo este autor, “os cariocas, especialmente os estudantes, não pouparam esforços para definir uma opinião contrária ao Eixo, ainda que o Governo se tivesse mostrado penosamente lerdo em permitir demonstrações pró-Aliados” (*ibidem*, p. 203). Era o *nacionalismo antifascista* que se impunha junto a amplos setores populares.

É nesse contexto que pode ser entendida a fidelidade dos comunistas brasileiros à tática de “União Nacional”, apesar de tal política chocar-se, na prática, com a orientação da IC vigente durante o “biênio da neutralidade”. Frente à ameaça de uma agressão nazi-fascista ao Brasil e sob a influência do crescente movimento patriótico, que passaria a exigir o ingresso do Brasil na guerra contra as potências do Eixo, os comunistas deixariam de lado as divergências existentes em seu meio, mantendo-se unidos no que se refere à “luta contra o fascismo e a defesa da pátria”.⁵

⁵ Entrevista de João Cunha [João Falcão] a Edgard Carone, out./1975. In: Carone (1982, p. 230, 232).

Se, durante o “biênio da neutralidade”, os comunistas brasileiros não haviam abandonado a tática de “União Nacional”, a partir da agressão hitlerista à URSS, o apelo à unidade de todas as forças contrárias ao nazi-fascismo se tornaria ainda mais premente, vindo a coincidir com a nova virada na orientação da IC e de todo o movimento comunista internacional.

No caso da América Latina, cabe ressaltar a importância do “primeiro congresso pleno” da CTAL (Confederación de Trabajadores de America Latina), realizado em novembro de 1941, na cidade do México. Contando com a participação e a influência decisiva dos comunistas, o congresso apelou aos países latino-americanos para que estabelecessem relações diplomáticas com a URSS, declarando que “a guerra contra os regimes totalitários é a guerra dos povos latino-americanos e é uma guerra vital à defesa dos interesses latino-americanos”. O congresso também hipotecou a solidariedade dos trabalhadores da América Latina aos EEUU no seu esforço para aumentar a produção de guerra, numa clara revisão das posições defendidas pelos comunistas durante o “biênio da neutralidade”.⁶

No Brasil, conforme destaquei, a tática de “União Nacional” foi adotada pelos comunistas, a partir de 1938, quando seus dirigentes e militantes se inseriram de maneira bastante acrítica no movimento espontâneo de repúdio às ameaças expansionistas e agressoras do nazi-fascismo europeu, secundado pelos integralistas, seus agentes internos em nosso país. Movimento que empolgou setores muito amplos do espectro político brasileiro, incluindo numerosas camadas populares.

Como em outros países do mundo, no Brasil aflorou com grande força, naqueles anos, um sentimento avassalador – um tipo de *nacionalismo antifascista*, segundo a conceituação proposta por E. Hobsbawm (Hobsbawm, 1990, p. 174-176). Se tal sentimento foi generalizado no cenário mundial, dada a gravidade da ameaça nazi-fascista, no Brasil o nacionalismo antifascista não poderia deixar de estar marcado pelas especificidades da situação presente no país.

Entre tais especificidades, considere necessário examinar o papel desempenhado pelos comunistas brasileiros (Prestes, 2001). A análise da atuação do PCB nesse período nos revela que, após os acontecimentos de novembro de 1935, os comunistas, profundamente golpeados e desarticulados, com grandes dificuldades para restabelecer os contatos com a IC, não tiveram condições de manter uma postura ideologicamente independente.

⁶ “Latin America takes its stand. CTAL”, *World News and Views*, 22 (3, 5), 17 jan./abr. 1942, *apud* Dulles (1985, p. 220, 324).

A ausência, por parte do PCB, de uma justa compreensão da realidade do país, contribuiu para que a direção do Partido tivesse dificuldade de formular uma orientação política capaz de articular adequadamente a luta pela democracia no plano internacional, ou seja, o combate ao nazi-fascismo e aos seus agentes internos, com a luta pela democratização do país – contra o regime ditatorial do Estado Novo – e o empenho necessário para a construção das forças sociais e políticas capazes de levarem adiante um projeto voltado para a emancipação econômica e social do país. Um projeto que apontasse para uma efetiva transformação socialista, conforme constava dos documentos programáticos do PCB (*ibidem*).

Tais impasses na trajetória do movimento comunista no Brasil teriam como consequência a transformação do PCB num partido sob a influência das idéias nacionalistas presentes na sociedade brasileira. Um partido progressista, em que, entretanto, o conflito entre trabalho e capital ficaria relegado a segundo plano.

Os comunistas brasileiros, longe de cumprirem as supostas ordens de Moscou ou da IC – segundo as versões amplamente difundidas pela História oficial e pelas forças de direita –, foram fortemente influenciados pela opinião pública que se formou no Brasil, num momento de crise, frente às ameaças e às agressões nazi-fascistas. O PCB, em grande medida, foi “arrastado” pela vaga de nacionalismo antifascista, que empolgou amplos segmentos da sociedade brasileira.

Ao lado da indignação generalizada com a agressão fascista, vários fatores, em maior ou menor medida, tiveram importância para que tal sentimento nacionalista se estabelecesse e se consolidasse, na fase final do Estado Novo:

Em primeiro lugar, a virada na correlação de forças militares e políticas no cenário mundial, a partir da vitória do Exército soviético em Stalingrado, contribuindo para a formação de uma opinião pública continental e mundial anti-Eixo.

Em segundo lugar, as pressões do governo Roosevelt e da ala americanófila, liderada por Osvaldo Aranha, dentro do próprio governo brasileiro, no sentido do estabelecimento de uma sólida aliança do Brasil com os EEUU, aliança que previa a colaboração no terreno militar, econômico e político e que, em última instância, estava dirigida contra as potências do Eixo.

Em terceiro lugar, os interesses econômicos do governo Vargas, voltados em grande medida para a obtenção de financiamento externo para a construção de uma siderurgia de grande porte no país, num momento em que, devido à guerra, se tornara difícil consegui-lo na Alemanha. A adesão à Carta do Atlântico e a aliança com os EEUU acabaria sendo a solução para a criação da Usina de Volta Redonda, problema que mobilizava importantes setores civis e militares em nosso país (McCann, 1995; Corsi, 2000).

Por último, é importante lembrar que o sentimento nacionalista não era novo no Brasil e que, para o surgimento do nacionalismo antifascista no país, fora decisiva a atuação da ANL (Aliança Nacional Libertadora). “Num período de intensa polarização política no cenário mundial, diante do avanço do fascismo em nível internacional e do integralismo em âmbito nacional”, a ANL “ajudou na formar, no Brasil, uma consciência antifascista, antiimperialista e antilatifundista, que a derrota de novembro de 35 não seria capaz de apagar”. Consciência que, “embora naquele momento histórico tivesse sido abafada pelos donos do poder, viria a ressurgir mais tarde, com grande força, a partir das lutas pela entrada do Brasil na guerra [...] e pela democratização do país” (Prestes, 1997, p. 141-142, 74).

Concluindo, julgo necessário enfatizar que os resultados obtidos no estudo da política do PCB durante o período apontado decorreram, em grande medida, do emprego do *método comparativo* em História, destacando-se a *comparação* seja de momentos históricos distintos da trajetória do PCB seja das orientações levadas adiante pelo Partido com as diretivas da Internacional Comunista. Da mesma forma, a *comparação* das posições nacionalistas adotadas pelo PCB com o sentimento nacionalista que se expandia junto à opinião pública nacional revelou a influência decisiva do “nacionalismo antifascista” (conceito proposto por E. Hobsbawm) na definição da orientação tática do PCB – a política de “União Nacional”.

Referências

- BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée de sociétés européennes. *Mélanges historiques*. Paris: EHESS, 1963, t. 1, p. 16-40.
- CABALLERO, Manuel. *La Internacional Comunista y la revolución latinoamericana, 1919-1943*. Caracas: Nueva Sociedad, 1987.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Introducción al trabajo de la investigación histórica: conocimiento, método y historia*. 2. ed. Barcelona: Crítica, 1982.
- ; BRIGNOLI, Hector Perez. *Os métodos da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- CARONE, Edgard. *O P. C. B. (1922-1943)*. São Paulo: Difel, v. 1, 1982.
- CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Ed. UNESP/FAPESP, 2000.
- DETIENNE, Marcel. *Comparer l'incomparable*. Paris: Seuil, 2000.
- DULLES, John W. F. *Comunismo no Brasil (1935-1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FERRO, Marc. *História da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1995.
- HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- . *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia económica*. 3. ed. Barcelona: Península, 1977.
- McCANN JR., Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1995.
- PRESTES, Anita Leocadia. *A que herança devem os comunistas renunciar? Oitenta*, Porto Alegre: LP&M, n. 4, 1980.
- . *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- . *Da insurreição armada (1935) à "União Nacional" (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- SPRIANO, Paolo. *O movimento comunista entre a guerra e o pós-guerra: 1938-1947*. In: HOBSBAWM, Eric J. (org.). *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 10, p. 129-212.